



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC.

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, em segunda convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes, nº 100 Santana, nesta, [Sr. Aldo Zonzini Filho](#), Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC, os Conselheiros, [Washington Benigno de Freitas](#), [Arq. Robson Bernardo](#) - representantes da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo- FCCR, [Arq. Paulo Eduardo Oliveira Costa](#) – representante da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade – SUS, [Dra. Claudia Maria de Almeida](#) – representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, [José Aparecido de Oliveira](#) - representante da Mitra Diocesana, [Arq. Andrea Hitomi Enomoto](#) – representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos, [Edo Paiotti](#) – representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos, [Eduardo Martins Gomes](#) – representante da Associação Comercial e Industrial, [Dr. Salvador Arnone](#) e [Dra. Cristiane Aparecida Ferrari](#) – representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, [Arq. Ivo Alexandre Sakamoto](#) – representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, [Maurilio Calvo Filho](#) – representante do Clube Joseense de Amigos, [Arq. Ricardo José Romano Veiga](#) – representante da Sociedade Amigos do Parque Roberto Burle Marx, [Arq. Prof. Dra. Dilene Zaparoli](#) e [Arq. Prof. Esp. Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca](#) – representantes da UNIP. Sr. Aldo começa a reunião e passa para o [primeiro item da pauta](#): “Aprovação da Ata da reunião do dia 12 de dezembro de 2017”, pedindo aprovação e sendo aprovada por unanimidade. Após, passa para o [segundo item da pauta](#): “Conhecer, discutir e deliberar sobre o pedido de readequação de espaço no interior do Museu Municipal (Antiga Câmara Municipal)”, Sr. Aldo diz que existe uma expectativa para o mês de abril, montar uma exposição de artes plásticas aonde serão usadas de 60 a 70 obras do acervo do município, obras que tem passado por uma série de trabalhos de levantamento, catalogação e higienização dentro do nosso acervo que ficou sem o devido cuidado, colocando em risco obras importantes pela falta de acondicionamento e conservação. Para essa catalogação e higienização das obras, foi contratada uma profissional da área e agora existe a intenção de usar esse material para a exposição. Também houve a desocupação da área que abrigava o Museu do Esporte no subsolo do prédio da “Antiga Câmara Municipal” e que também será utilizado para abrigar parte desta exposição, sendo assim, serão feitas adequações que não descaracterizarão os aspectos preservados do prédio. Sr. Washington Benigno de Freitas, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, cita e reafirma as colocações do Sr. Aldo, informando que as obras de arte utilizadas na exposição, serão da “Escola de Belas Artes”, bem como, objetos que estão no acervo público do mesmo período da escola, lembrando que algumas obras estavam em estado crítico, precisando deixá-las em quarentena e informando que muitas ainda precisam ser restauradas. Sr. Washington fala que o processo de curadoria dessa exposição foi feito por Pitiu Bonfim, fazendo um recorte da escola, salão e ateliê que



ocorreram em São José. A princípio, houve o interesse de trazer à exposição uma obra de arte de Maria Bonomi, mas por recomendação da museóloga, a iluminação do local, prejudicaria a peça por se tratar de uma gravura. Foi informado também, que o setor administrativo do museu, será transferido para o prédio anexo, deixando todo o espaço do prédio principal para a parte educativa e de visitas. Sr. Washington, fazendo uso de projeção digital, apresenta as áreas atualmente usadas no espaço e informa sobre a exposição de longa duração que será realizada. A proposta de readequação determina que a pintura das paredes em uma das salas, utilize dois tons de amarelo para melhor visualização das obras e sugere que no espaço do subsolo fiquem obras não fixas para futuras modificações. É informado, que uma das paredes em drywall será eliminada para ganho de espaço e que uma vitrine com infestação de cupim foi retirada com urgência para evitar contaminação do acervo e será substituída por um drywall. Um conjunto de iluminação apropriada foi adquirido para a exposição e substituirá as luminárias antigas. Sr. Aldo fala sobre a proposta e lembra que essas modificações poderão ser usadas para futuras instalações e sem interferências sobre as áreas externas. Arq. Prof. Dra. Dilene Zaparoli representante da UNIP, pede a palavra e parabeniza a iniciativa de readequação do espaço. Sr. Aldo fala da necessidade de se ter um museu de qualidade e de referência na região, informando que o trabalho está sob a coordenação e o olhar do Sr. Washington e que o mesmo está fazendo um bom trabalho, com técnica e qualidade. Sr. Salvador, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB questiona se na parte do auditório foi pensado em utilizar projetores de áudio visual para passar informações sobre o contexto das apresentações. Sr. Aldo responde que dentro da exposição haverá a informação sobre o artista ou escritor e todo o conteúdo abordado. Lembra que o espaço do auditório será mantido para reuniões, eventos, cursos, palestras e já se pensa em utilizar o espaço deste auditório aconchegante no centro da cidade em um possível curso de museologia. Sr. Aldo coloca a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Sr. Aldo passa para o **terceiro item da pauta**: “Conhecer, discutir e deliberar sobre pedido de readequação de acessos do espaço ocupado no galpão 15 no Antigo Complexo da Tecelagem Parahyba solicitado pelo Fundo Social de Solidariedade de São José dos Campos”. Antes, o Sr. Aldo responde uma questão referente ao segundo item da pauta sobre o início da exposição e informa novamente que será em meados de abril, pois para liberação, é necessário passar pelas adequações materiais do prédio, mas a ideia e a curadoria da exposição já estão finalizadas. Sr. Aldo retoma o terceiro item da pauta e passa a palavra para o Arq. Robson Bernardo, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo – FCCR, que informa sobre duas demandas do Fundo de Solidariedade que atualmente ocupa o espaço que antes pertencia ao Centro Cultural Altino Bondezan e que fica no prédio principal da tecelagem, esta área possui uma porta principal de ferro e vidros na sua fachada principal e uma porta de serviço no fundo do galpão. A demanda solicitada em relação à porta principal é de instalação de um puxador externo, pois a maçaneta existente não resiste à pressão na hora de fechar. Foi explicado que tal barra de apoio, não era utilizada no desenho original das portas e o problema relatado, decorre da instalação inadequada, de uma maçaneta de uso interno,



que não tem resistência para realizar o acionamento, assim, foi feita uma proposta de procura no mercado de modelo robusto de maçaneta para esse tipo de atividade. Na sequência Arq. Robson passa para segunda demanda, sendo a mais contundente, que trata da readequação da porta de acesso nos fundos do prédio, essa porta atualmente, já sofreu alterações, que além da descaracterização em relação à configuração primitiva, não responde à necessidade atual de uso, com bandeiras que não se harmonizam com as folhas da porta, em adaptações feitas pela prefeitura sem a devida autorização por parte do COMPHAC. Em relação a esse acesso, eles querem aumentar a largura da porta para 3,25m e a altura para 3,50m dando acesso assim, para um caminhão tipo “baú”. Lembra que uma alteração semelhante, já foi aprovada pelo conselho, em uma solicitação feita pela Secretaria de Educação. Arq. Robson mostra, através de projeção digital, o modelo autorizado e realizado na Secretaria da Educação, falando que foi utilizada a mão de obra do pessoal da Secretaria da Educação e que conseguiram recompor a alvenaria de forma harmoniosa. Mostra também modelos de portas no estilo primitivo da fábrica, dizendo que se o conselho aprovar a proposta seria possível regularizar a largura para 3,20m e a bandeira desta porta. Arq. Ricardo José Romano Veiga – representante da Sociedade Amigos do Parque Roberto Burle Marx, pede a palavra e indica uma verga de tijolo aparente onde a ideia seria reproduzir e preservar suas características primitivas e recomenda que não se faça o emboço e se trabalhe o tijolo à vista, para manter a característica original. Sr. Aldo leva a proposta para votação, antes, responde uma questão levantada, dizendo que tudo que está discutido será transcrito em ata e o projeto de alteração deverá ser apresentado ao GPH para análise. Sr. Aldo coloca a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Sr. Aldo passa para o **quarto item da pauta**: “Conhecer, discutir e deliberar sobre o pedido feito pelo Sr. Jesus Pereira de Lima para a preservação da “Fazenda Liberdade” situada no Bairro Putim, começa dizendo, que o pedido afirma que é uma propriedade antiga, possuindo resquícios de históricos escravagistas e passa a palavra para o Arq. Robson que fala que esse pedido foi feito em 2013 através de um munícipe que ficou sabendo da intenção de venda da área para que fosse feito um loteamento, na época de abertura do processo foi feita uma vistoria preliminar na área, constatou-se uma dissonância nesse processo em relação ao nome da fazenda, pois no momento em que o munícipe abriu o pedido, nomeou-o como “Fazenda Liberdade”, só que no local, constata-se, através de letreiro, o nome de “Fazenda da Felicidade”. Em vistoria recente, confirma-se que a sede da fazenda pretendida para a preservação, sofreu inúmeras intervenções dificultando a identificação do período de sua construção, com sua base parecendo mais antiga e intervenções que remetem aos meados do século XX. Arq. Robson mostra, em projeções digitais, o estado da casa em 2013, possuindo detalhes interessantes de esquadrias. Lembra que, o próprio munícipe que fez a solicitação, dizia que possuía um levantamento histórico, mas o mesmo nunca chegou até o GPH e o levantamento esbarrou na mesma dificuldade que encontramos em relação a outros imóveis de fazenda, pois nos imóveis urbanos temos a antiga Secretaria de Obras e Prefeitura Sanitária que possuem os registros de imóveis, desde o final do século XIX, ficando mais fácil a coleta de informações históricas, quando se



decide fazer a preservação de um imóvel urbano, porém nas fazendas existe a dependência de coletar os dados “in loco” tornando o trabalho árduo e que atualmente não temos condições de fazê-lo, por falta de pessoal. Arq. Robson continua mostrando imagens da deterioração da construção, mostrando imagens da parte interna da casa, informando sobre mudanças nos azulejos, ladrilhos, esquadrias, banheiros e forros, sendo todos modificados, demonstrando que grande parte da área interna não se configura como primitiva. É destacada uma rachadura na parede no acesso da escada, um afundamento na região da escada e informa sobre um acréscimo de área que contém um fogão a lenha que aparenta ser recente. Sr. Aldo, tomando a palavra, comenta que a seu ver, o imóvel não apresenta características que possam justificar sua preservação e que esse pedido encaminhado pelo munícipe, parece ter como motivador, mais o valor sentimental do que os necessários para a preservação de um patrimônio histórico. Arq. Robson fala que em uma discussão com a Arq. Sônia, pois o primeiro relatório foi elaborado com ela e a mesma estava cuidando desse assunto no departamento, surgiu a questão sobre as fazendas, pois muitas delas, são responsáveis pelo início de ocupação das áreas em que hoje estão inseridas. Sr. Aldo pergunta se existe alguma informação sobre a atividade da fazenda, como exploração, criação de gado, plantação de café. Arq. Robson a única fonte de informação atual é a fala do munícipe solicitante. Arq. Ricardo Veiga toma a palavra e fala que não vê nenhum interesse arquitetônico no objeto, considera a edificação como sendo remanescente das décadas de 30 ou 40, com estilos muito misturados, sem interesses em termos de preservação, achando que o máximo que poderia ser sugerido é que a construção fosse transformada em uma sede social do loteamento, reafirmando a falta de interesse na preservação. Arq. Dilene toma a palavra e diz que a questão da preservação se esbarra nos valores que o objeto traduz, não se sentindo confortável em dizer sim ou não, pois ainda não se tem maiores informações do que de fato aconteceu no local, dizendo que arquitetonicamente pode-se descartar a preservação, por conta das interferências feitas, mas que não tem certeza sobre o valor histórico para com o lugar, pois pode ser a origem da ocupação daquela região e questiona se teria como obter mais informações ou outra fonte de consulta que ainda não foi explorada e questiona sobre a demora do andamento do processo de preservação. Sr. Aldo passa a palavra para o Arq. Robson, que já se encontrava no GPH no período de abertura deste processo de preservação. Arq. Robson toma a palavra e informa que a demora foi motivada pelo fato do imóvel não apresentar interesse arquitetônico que justificasse por si só a preservação e que a análise abrangendo justificativas históricas, se esbarrou no fato de que a gerência não possui mais em seu quadro de funcionários, historiadores que possam efetuar esses estudos, sendo esse um problema que não se restringe a esse processo somente. Arq. Prof. Esp. Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca – representante da UNIP, pede a palavra e coloca duas reflexões para os colegas do conselho, uma sendo ao mínimo uma recomendação para os empreendedores de requalificar o espaço ou mantê-lo de alguma forma respeitando o projeto elaborado, sobretudo, por se tratar de uma solicitação feito por um munícipe e as pessoas que trabalham com patrimônio tem como maior dificuldade a questão da identidade e a significância pode não ser tanto



histórica mas sim afetiva para aquele local e para as pessoas, dizendo que acha que é um “dever” do conselho reconhecer a demanda que veio, questionando também o resultado do levantamento histórico feito no local, pois ele poderia subsidiar essa questão histórica de tentar construir a real significância do bem. Sr. Aldo toma a palavra e fala que quem fez esses levantamentos e mapeamentos, foi o arqueólogo Wagner Bernal e que não foi encontrado nenhum sítio arqueológico nesse local, trazendo somente essa edificação como sede da fazenda e prossegue a fala concordando com o Sr. Altamir sobre a relevância da parte histórica, mas lembrando de não só a parte afetiva do local, levantada pelo munícipe que tem envolvimento com questões históricas e folclóricas, mas que se eventualmente fosse um patrimônio de interesse ou de reconhecimento espontâneo de valor, isso teria aflorado com maior relevância e não apenas através de uma pessoa, até pelo tempo em que isso foi inserido na sede, sendo em 2013 e só veio ficar mais relevante em 2017. Sr. Aldo também informa que estão sendo trabalhadas demandas com provocações, pois tem muita coisa que está represada e se existe interesse relevante, como imóveis com características importantes, que seja de conhecimento da maioria e venha a demanda nos provocar, com certeza iremos levantar e fazer a avaliação e análise pois o quadro de funcionários está reduzido, faltando profissionais de vários setores que não podem ser contratados pela não abertura de concursos e infelizmente vão se criando gargalos no processo. Sr. Aldo usa o museu como exemplo, dizendo que o mesmo ficou parado por falta de iniciativa ou alguém para poder se dedicar, até conseguirem trazer o Sr. Washington, por via de regra se tem um quadro reduzido que acaba não dando conta daquilo que se pretende fazer. Sr. Salvador fala sobre o munícipe Sr. Jesus e se disponibiliza para ajudar a encontra-lo e prossegue dizendo que não estão cuidando apenas de patrimônio, mas de cultura também, não sabendo a profundidade da questão, pois não existe conhecimento de quanto o dono da área atualmente está propenso a manter esse patrimônio, achando difícil a deliberação dessa pauta. Sr. Aldo fala que a ideia não era propor a deliberação, dizendo que diante do que foi apresentado pode-se deixar para uma nova reunião e eventualmente trazer novos subsídios para esclarecimentos das questões levantadas, mas de acordo com os olhares dos arquitetos presentes, não se vislumbra interesse arquitetônico na construção, sendo este, um fator superado e devendo-se voltar o olhar para a parte histórica. Sr. Aldo propõe que esse item não seja levado a apreciação de votação, sugerindo deixar agendado para próxima reunião do COMPAC, trazendo mais subsídios e em havendo satisfação daquilo que for apresentado, ser levado o item para votação e encarrega o Arq. Robson de fazer contato com o Sr. Wagner, no primeiro momento, para fazer a troca de informações e levar a sugestão de preservação do imóvel para o empreendedor e deixar com que ele decida o que for melhor e então depois trazer novamente ao conselho. Sr. Ricardo Veiga toma a palavra, e sugere que depois do contato ter um retorno na próxima reunião para poder definir sobre o rumo a ser tomado nessa situação. Sr. Aldo então passa para o quinto item da pauta: Apresentação de Relatório de Vistoria realizada na Capela Sagrado Coração de Jesus no Parque Vicentino Aranha, que será o último item da pauta, pois no que seria último item da pauta, foi encontrada uma incongruência no pedido da



Secretaria de Planejamento, com um ofício controverso, e o interessado pediu para ser deliberado na próxima reunião, então o presidente passa a palavra ao Arq. Robson, comentando sobre a importância do prédio da Capela do Parque Vicentina Aranha. O Arquiteto relembra que no início do ano de 2017, a Mitra promoveu a contratação de uma arquiteta para fazer um laudo a respeito da capela onde foram mostrados vários pontos que a arquiteta achou preocupante e pediu ao COMPHAC uma atuação nessa área, na época foi passado a ela que o Parque Vicentina Aranha possui um gestor com um departamento de preservação e que as providências materiais teriam que ser tomadas por eles, da parte da Gerência de Patrimônio Histórico ainda se comprometeu a fazer a vistoria, reportar os problemas e passar para o conselho para que o próprio pudesse deliberar sobre essa demanda. O Arquiteto comenta que, como combinado, a vistoria foi realizada e constatou-se que o maior problema ocorre na casa paroquial nos fundos da capela, o que nos remete aos problemas encontrados em todos os galpões do parque, que hoje já se sabe, está relacionado com a questão do solo em argila, que era desconhecido pelos construtores de São Paulo e que os levou a solução de uso de uma fundação em sapata corrida para que o imóvel se sustentasse, porém esse tipo de argila absorve mais umidade do que os de outros tipos o que causariam esses problemas, como o afundamento dos degraus, o contra piso cedendo, trincas, e outros, externa e internamente. Ele apresenta as fotos da vistoria. Arq. Dilene questiona se a AFAC não se manifestou e o motivo da Mitra ter procurado o conselho. Arq. Robson responde que em seu último contato com Sra. Alexia, representante da Mitra, ela disse que até aquele momento não tinha conseguido ter uma reunião com os representantes da AFAC, e foi então que eles recorreram ao conselho para que o mesmo reforçasse o pedido. Arq. Dilene comenta que viu rachaduras expressivas, e que com as chuvas que vêm caindo na cidade, pode ocorrer algum desabamento, e sugere que o conselho faça um documento levantando as observações feitas e solicitando uma ação, para ao menos se manifestar, pois não fazer isso se torna uma omissão tendo em vista que essa demanda tenha vindo da Mitra. Arq. Robson toma a palavra e comenta que gostaria de aprofundar o assunto, falando que o contrato com a gestora é de manutenção do imóvel e que a continuação das fotos da vistoria mostra que isso não tem acontecido, o que tem colaborado para o aprofundamento dessas questões, e continua apresentando o relatório. Fala sobre a questão da manutenção pintura externa, que a última foi feita em 2011, que as paredes estão descascando com perda de revestimento acarretado pela falta de manutenção e respondendo a um conselheiro, o arquiteto fala que pelo que ele entende é de responsabilidade da Mitra este tipo de manutenção. Arq. Ricardo Veiga concorda com o comentário e acrescenta que a Mitra cobra pelos eventos que acontecem lá e lembra que na intervenção na cobertura, quem assumiu os custos foi a Mitra, inclusive levaram-se meses para poder efetua-las, em decorrência da agenda de casamentos para lá direcionados, considera que o conselho tem o dever e a competência de notificar o responsável pela manutenção, como aconteceu no caso da “Usina de Leite” no Parque da Cidade e em diversos outros locais onde o conselho tomou a dianteira e levou até as últimas consequências o solução destas questões. Arq. Robson continua a apresentação da vistoria, falando sobre as infiltrações, sobre as



calhas, e que todos esses serviços de manutenção foram feitos em 2011. Sr. Aldo toma a palavra e comenta que pelos questionamentos totalmente coerentes, pensa que a Mitra também tem sido negligente em relação as manutenções a ela devidas, completa ainda que se deve levantar esses pontos para que a Mitra e a AFAC conversem e concluam como distribuir as obrigações. Sr. José Aparecido Oliveira representante da Mitra agora faz seus comentários sobre a demanda, fala que não está defendendo nenhum dos lados, mas a seu ver, deve-se cumprir o que está no contrato e que o que a Mitra vai saber se é possível ou não fazer, mas o fato de cobrar pelo uso da capela nos casamentos, não tira o fato, de que se têm muitas outras despesas, como por exemplo, o pagamento de funcionários dentre outras. Sr. Aldo observa que o que ele tem de informação, é que fica ao encargo da Mitra a conservação do imóvel e o que extrapola a questão da simples conservação – mas que por ser um prédio tombado e preservado exige uma interferência mais constante e com mais cuidado, como a parte estrutural, não cabe a Mitra resolver. Sr. José concorda com a observação e comenta que não era só a Mitra que utiliza o prédio. Sr. Aldo passa a palavra ao Arq. Robson que fala que foi constatado a infestação de insetos xilófagos, pois acredita que a última dedetização tenha sido também em 2011 e continua falando sobre a pintura das esquadrias e enfatiza a informação de que há ocorrências de pessoas jogando pedras nos vidros do prédio e que por sorte e dedicação da zeladora da capela, na medida do possível, esses cacos são juntados e catalogados para futura restauração. O Arquiteto comenta que um perito emitiu um laudo em 2011 sobre a torre do sino e diz que: “Faz-se necessário restauração dos mecanismos do sino, o tratamento das madeiras” e ainda faz um alerta em relação à segurança do imóvel e das pessoas que passam por ali, o que já não cabe a Mitra solucionar. Sr. Edo Paiotti, representante do IEV, toma a palavra dizendo que acredita que a proposta que foi feita sobre a comunicação tanto a Mitra quanto a AFAC sobre o que está acontecendo, precisa analisar o contrato, porque daí entra o perigo de não se cumprir o contrato e acabar por acontecer algum dano maior. Sr. Maurilio representante do Clube Joseense, comenta sobre a demanda, e propõe um encontro entre a Mitra, AFAC e COMPHAC para resolver o problema. Sr. Aldo concorda com a sugestão do conselheiro Sr. Maurilio de que todos “venham a mesa” debater sobre essa questão para dividir as responsabilidades, sugere que se eleja um representante do COMPHAC para a reunião e que se encaminhe um ofício para cada entidade para a realização desse encontro. Sra. Claudia representante do INPE toma a palavra para uma observação, sobre a preocupação financeira, já que não sabe de onde vieram os recursos para a reforma de 2011, ou se existe algum tipo de reserva de caixa e que possa ser dotada para a obra da capela. Sr. Aldo em resposta diz que também não sabe dizer, mas que a AFAC tem um sistema de captação de recursos para fazer restaurações, tanto que alguns pavilhões foram restaurados com esses recursos, e para chegar nisto, teria de se conversar sobre a colocação da intervenção na capela como prioridade, comenta que este tipo de restauro é de um valor altíssimo, mas que a AFAC consegue sim esse tipo de recurso com a iniciativa privada. Sr. Salvador toma a palavra questionando sobre o balanço do “Evento de Natal” realizado na Praça João Mendes, sobre a situação do Museu do Folclore que é discutida desde 2016 e sobre a resposta da



prefeitura em relação a questão da herança vacante (FUMPAC). Sr. Washington fala que a questão do “Evento de Natal” já será esclarecida nos informes gerais da pauta e as outras duas demandas ficarão para próxima reunião. Sr. Maurilio cobra sobre as providências em relação à “Casa dos Padres”. O presidente se compromete a retomar o assunto junto aos órgãos competentes e continua a reunião com um item que trata de um pedido da MRS em relação a área da Estação Central e que será melhor explicado pelo Arquiteto Robson. O arquiteto lembra sobre a autorização dada para a colocação de uma cobertura com estrutura de metalon e que já está pronta, e apresenta as fotos da cobertura já alocada, continua falando que já foram instalados os obstáculos metálicos prometidos pela prefeitura para amenizar o problema que ocorria com os caminhões que faziam o retorno e comunica a colocação de corrimão no acesso da escada que se liga ao novo vestiário, outra demanda foi a instalação de um sistema de condicionamento de ar no prédio da estação, e que, orientado pela Gerência de Patrimônio Histórico, usou a solução que o que o conselho tem aprovado nesse tipo de situação, que é a colocação da caixa do ar na área externa e no chão o que não altera o modelo da fachada, sendo também, colocado um vidro transparente na bandeira que era vazada nas salas, resolvendo o problema de calor interno e não modificando a fachada do local, fala também sobre algumas outras pequenas modificações internas no prédio. Sr. Robson passa então para a demanda real do MRS que seria a colocação de mais um contêiner no terreno da estação, já existem dois alocados em um lugar afastado da estação, mas se viu a necessidade de instalação de outro próximo ao estacionamento, essa questão foi levantada pois ficará de frente para a avenida Sebastião Gualberto, acreditando que isso não afetará a fachada da estação, sugere alguns revestimentos para o contêiner em questão. Sra. Claudia toma a palavra e fala sobre a questão de alternância dos painéis de revestimento dos contêineres e sugere que em uma lateral se tenha um painel verde e em outra, um painel histórico. Fica sugerida também, a possibilidade de colocação do container de forma perpendicular ao calçamento da avenida em questão, de maneira a diminuir o impacto visual do mesmo na paisagem do local. Sr. Aldo finaliza observando que o local sendo ocupado já é ótimo, o que ajuda na conservação. Arq. Robson muda a demanda e começa falando sobre o “Evento do Natal” na Praça João Mendes e comenta que foi realizado um relatório fotográfico pré-evento em todos os aspectos, registrando todas as avarias já existentes no local, e um segundo relatório apresentando o pós-evento, registrando como a organização conseguiu manter as características originais sem agressão e com algumas melhorias, inclusive, o único inconveniente que foi previsto pelo conselho em relação à danos nas trepadeiras sobre o pergolado e que mesmo assim, com o aproveitamento das trepadeiras junto as laterais, por parte da organização do evento, não deve demorar muito a ser recomposta. Sr. Aldo então encerra a reunião agradecendo a todos os presentes e aos organizadores.

Eu, Washington Freitas, lavrei a presente ata, em 09 folhas que vai assinada pelo Presidente e por mim.



Washington Freitas
Secretário

Aldo Zonzini Filho
Presidente